

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CINFÃES

**RELATÓRIO DE GESTÃO
&
PRESTAÇÃO DE CONTAS**



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CINFÃES

2017



ÍNDICE

1. CONCEITO DE RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	4
2. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	6
3. ORGANOGRAMA	7
4. MENSAGEM DO PROVIDOR	8
5. MISSÃO E VALORES	10
5.1 INTRODUÇÃO	10
5.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL (SEDE)	10
5.2.1 PARCERIAS/ACORDOS	10
5.3 ÁREAS DE AÇÃO	11
6. DADOS ESTATÍSTICOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CINFÃES	16
6.1 EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL (RECURSOS HUMANOS) - FINAL DO EXERCÍCIO	16
6.1.1 QUADRO SOCIAL (RECURSOS HUMANOS) - ESCOLARIDADE	16
6.1.2 QUADRO SOCIAL - GÉNERO	16
6.2. EVOLUÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES –INDEPENDENTES	17
7. EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	19
8. EVOLUÇÃO DO ATIVO FIXO	20
9. EVOLUÇÃO DA FATURAÇÃO	21
10. EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	22
11. INDICADORES DE REUNIÕES DA MESA ADMINISTRATIVA	23
12. INDICADORES FINANCEIROS	24
12.1 LIQUIDEZ	24
12.1.1 CONCEITO	24
12.1.2 LIQUIDEZ IMEDIATA	24
12.1.3 LIQUIDEZ EDUZIDA	24
12.1.4 LIQUIDEZ GERAL	24
12.2 RENTABILIDADE/ TESOURARIA	24
12.2.1 TESOURARIA – FUNDO DE MANEIO	24
12.2.2. RENTABILIDADE DO ATIVO	24



12.2.3. RÁCIO DE AUTONOMIA FINANCEIRA (FUNDOS PATRIMONIAIS/ATIVO)	23
12.3. ENDIVIDAMENTO	23
13. INFORMAÇÕES GERAIS	24
13.1. NÚMEROS DE VEÍCULOS	25
14. DADOS CONTABILÍSTICOS	26
ANEXO	31



1. Conceito de Relatório de Gestão e Prestação de Contas

A publicação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas coloca à disposição das partes interessadas toda a informação essencial à correta avaliação do desempenho da instituição.

A gestão e a prestação de contas anuais, estruturadas em relatório, constituem uma oportunidade para a Santa Casa da Misericórdia de Cinfães (SCMC) demonstrar, as ações, evoluções, estatísticas, índices, mercado, planeamento, entre outros elementos desenvolvidos no exercício do ano anterior.

O Relatório da Santa Casa da Misericórdia de Cinfães irá assim complementar a divulgação anual das contas, em assembleia, de forma mais abrangente, reafirmando o compromisso e relevância que, cada vez mais, se atribuirá ao equilíbrio entre as vertentes económica, financeira, social e ambiental.

A publicação do Relatório é anual e neste, serão demonstradas as ações e informações sempre, do último exercício fiscal.

O presente Relatório é constituído, essencialmente, por duas partes:

- Apresentação da atividade, o objeto da Santa Casas da Misericórdia de Cinfães, o desempenho dos indicadores e o contexto em que a mesma se encontra no mercado atual;
- As contas da instituição, desenvolvida (s) pelo (s) responsável (eis) e apresentadas em mapas contabilísticos específicos, nomeadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados e restantes fluxos.

O principal objetivo do Relatório é assim, colocar à disposição das partes interessadas toda a informação que permite a correta avaliação do desempenho da Santa Casa da Misericórdia de Cinfães, uma vez que sua gestão é definida como democrática e transparente, constituindo-se como uma oportunidade para demonstrar, ao seu quadro



social e restantes órgãos, as prioridades de investimento e posição face ao exercício seguinte.

O modelo que se segue é apenas uma orientação no que concerne a dados e informações, para que a Santa Casa da Misericórdia de Cinfães possa elaborar seu próprio relatório. Portanto, poderão ser elencados um maior número de dados e informações de acordo com a atividade, necessidade e especificidade da instituição.



2. Composição dos Órgãos Sociais

Mesa Administrativa

Mandato Atual: 01/2017 a 12/2020

Nome	Cargo	Nº de Irmão	E-mail
Jorge Manuel Rego Noronha	Provedor	128	jorgemrnononha@gmail.com
José Carlos Costa de Vasconcelos	Vice-Provedor	70	vasconcelos.jcc@gmail.com
Dalila Marques Pinto Cardoso Teotónio	Secretário	193	dalila.pinto@hotmail.com
Fernando Pereira Vieira	Tesoureiro	270	fernandopvieira@sapo.pt
José Augusto Pereira	Vogal	239	zeapereira@gmail.com
Maria Fernanda Botelho da Fonseca	Suplente	219	fernandacinfaesmail@com
Jorge Fernando Cardoso Branco	Suplente	391	jorge.f.branco@irn.mj.pt
José João Soares Cardoso	Suplente	267	jiscardoso@gmail.com

Conselho Fiscal

Mandato Atual: 01/2017 a 12/2020

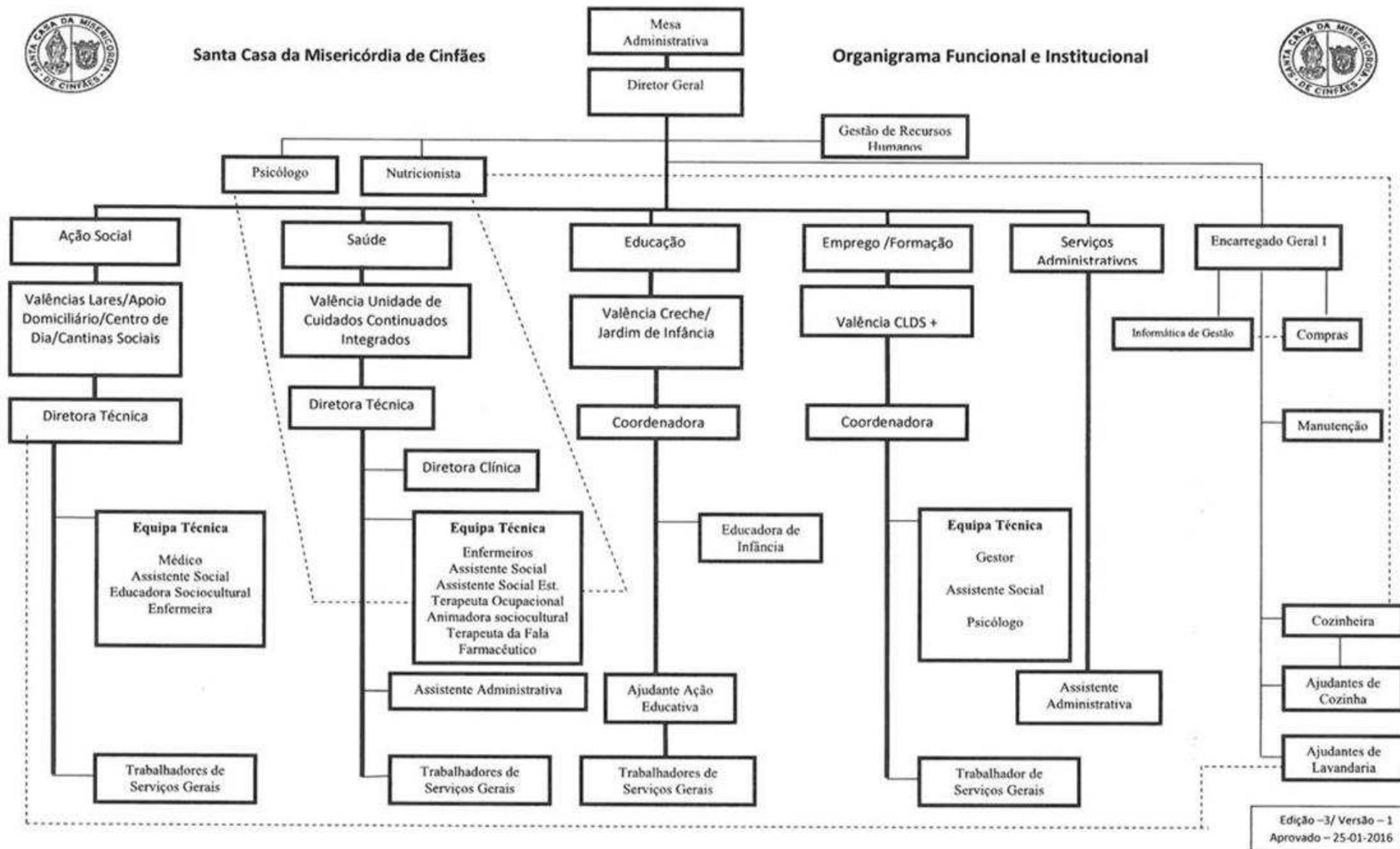
Nome	Cargo	Nº de Irmão	E-mail
Nuno Montenegro P. Miranda	Presidente	13	nuno.montenegro@sapo.pt
Adriano José Botelho Soares	Vice-Presidente	263	adjsoares@dgi.min-financas.pt
Serafim Pedro Ferreira	Secretário	314	
José Fernando Brochado Morais	Suplente	242	josebrochadomorais@gmail.com
José Fernando Costa Cardoso	Suplente	163	anterocardoso.filhos.lda@gmail.com
Manuel Madureira da Silva	Suplente	41	manuel.madureira@hotmail.com

Mesa da Assembleia

Mandato Atual: 01/2017 a 12/2020

Nome	Cargo	Nº de Irmão	E-mail
Manuel Mendes de Lemos	Presidente	228	39ml44@gmail.com
José António Teixeira Ferreira	Vice-Presidente	140	joseaferreira2@sapo.pt
João Cardoso Ferreira	Secretário	351	joacardosoferreira@hotmail.com

3. Organograma





4. Mensagem do Provedor

Em nome da Santa Casa da Misericórdia de Cinfães saúdo-vos. É para mim uma enorme honra dizer que em 2017 mantivemos o compromisso que esta Mesa Administrativa assumiu com os valores e ideais que regem a cultura e doutrina cristã, alicerçados no apoio aos que mais precisam. Considerando que a nossa missão continua a ter como foco a melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade, vemos acrescidas as nossas responsabilidades de ano para ano, principalmente quando perspectivámos a conjuntura social actual como exigente.

Imbuídos de um espírito altruísta, aceitámos e esperamos ver correspondida a esperança que depositaram em nós. Este é um caminho que percorreremos empenhadamente e com rigor, em prol do reforço necessário e de uma resposta inequívoca que deverá ser dada a todas as fragilidades sociais com que nos deparámos.

A Santa Casa da Misericórdia de Cinfães é uma instituição de referência, que orgulhosamente temos o privilégio de representar, em plena consciência pelas necessidades organizacionais que carecem de resposta. Assim, é a dinâmica organizacional que nos define e impele no sentido da melhoria contínua, onde todas as nossas respostas sociais se devem enquadrar e por conseguinte alcançarem os resultados desejados.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos, em 2017 ainda não nos foi possível reabilitar e remodelar as estruturas necessárias para a edificação do novo Lar Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI). Contudo e no que concerne à Unidade de Medicina Física e de Reabilitação, podemos dizer que demos o primeiro passo através da obtenção de um apoio financeiro ao abrigo do Fundo Rainha D.^a Leonor no valor de 150 mil euros.

Motivados e crentes num futuro risonho, não o perspectivámos sem todos os beneméritos que nos acompanham nesta jornada solidária. Realçámos ainda o trabalho voluntário de todos os que dedicam a sua vida aos que mais precisam.

Um agradecimento aos que constituem o corpo onde os projetos ganham realidade: que são os colaboradores que, num ambiente de entreaajuda, colocam os seus talentos ao serviço dos outros. Uma palavra especial a todos os que nos confiaram os seus entes queridos. Quero agradecer-lhes e dar-lhes uma palavra de forte estima.

É por todos que vamos continuar a fazer da Santa Casa da Misericórdia de Cinfães uma Instituição representativa da dignidade humana.



Não poderia deixar de assinalar o meu apreço e reconhecimento pelo excelente trabalho que todos os elementos que compõem a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal têm vindo a desenvolver.

Neste sentido, o presente Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2017, mais de que um instrumento de gestão e enquadramento institucional, este ano prevê-se que seja um impulsionador para a concretização dos nossos sonhos.

O nosso Bem-Haja!

O Provedor,

Jorge Manuel Rego de Noronha



5. Missão e Valores

5.1. Introdução

Adquirida a personalidade jurídica em 1951, a Santa Casa da Misericórdia de Cinfães (SCMC), definiu os seus objectivos em estreito alinhamento com as necessidades das pessoas, prioritariamente dos mais desprotegidos, abrangendo as prestações de ação social, saúde, educação e ensino, cultura e promoção da qualidade de vida, de acordo com a tradição cristã e obras de misericórdia subjacentes ao seu compromisso originário e da sua secular atuação em prol da comunidade, bem como a promoção, apoio e realização de atividades que visem a inovação, a qualidade e a segurança na prestação de serviços e, ainda, o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da economia social.

5.2. Caracterização Geral (Sede):

Designação: Santa Casa da Misericórdia de Cinfães

Sigla: S.C.M.Cinfães

Sede: Rua General Humberto Delgado, S/N, 4690-040 Cinfães

NISS: 20004548080

NIF: 501538208

Telefone/Fax: 255561421 / 255561174

E-mail: scmcinfaes@gmail.com

Site: www.scmcinfães.pt

5.2.1 Parcerias/ Acordos:

Instituição	Tipologia de acordo
Instituto da Segurança Social	Típico
Administração Regional de Saúde do Norte	Convenção ULDM
Instituto de Emprego e Formação Profissional	Outros Acordos/ Formação
Câmara Municipal de Cinfães	Parceria/ outros acordos
Rede Social de Cinfães	Parceria



União das Misericórdias Portuguesas	Associada/Formação
Grupo das Misericórdias de Saúde	Associada
Associação Empresarial de Cinfães	Associada
Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira	Parceria Institucional
Escolas, E/B, Secundária, Profissional de Cinfães	Parceria/ Formação
A.D.A.C.C.	Parceria - Cantinas Sociais
Urbe – Formativa - Agito	Parceria na formação

5.3. Áreas de Ação:

A SCMC desenvolve a sua atividade em Portugal Continental, nomeadamente no Município de Cinfães. Em termos geográficos, partilha com as restantes IPSS's do município um território com 19010 habitantes, distribuídos por uma área de 239,3 km². Considerando a população residente como o principal público-alvo, bem como todos os que necessitam de cuidados de saúde especializados no âmbito da manutenção biopsicossocial, a SCMC tem como foco de atuação as áreas do apoio social, nomeadamente o apoio à terceira idade, o apoio à infância e o apoio à saúde.

Considerando o produto da Santa Casa da Misericórdia de Cinfães como o conjunto de respostas sociais que criam valor para os utentes, a instituição dispõe um vasto leque de produtos, tais como: Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Dia (CD), Creche, Jardim de Infância e Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção.

Apoio Social					Apoio à Infância		Apoio à Saúde
Lar Maria Emília Rezende	Lar PARES	Serviço de Apoio Domiciliário	Centro de Dia	Cantinas Sociais	Creche	Jardim de Infância	UCC - ULDM



5.3.1. Apoio Social

Frequência de Utentes por Resposta Social (Admissões e Entradas)

Respostas Sociais	Frequência de Utentes Por Resposta Social												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total (Média)
Lar M ^a Emília Rezende	31	31	30	30	30	30	30	30	30	31	30	30	30
Lar PARES	19	19	20	20	20	20	20	20	20	19	20	21	20
Centro de Dia	7	7	6	6	7	7	7	6	7	9	9	8	7
SAD	21	22	22	23	23	23	23	22	22	22	21	21	22

Na tabela acima apresentada, depreende-se que relativamente à frequência de utentes por resposta social, no decorrer do ano de 2017, a resposta social Lar Maria Emília Rezende apresentou um número médio de 30 beneficiários, valor contrariado positivamente nos meses de Janeiro, Fevereiro e Outubro com 31 beneficiários. Relativamente ao Lar PARES, o número de utentes registou um crescimento gradual representado por uma média de 20 beneficiários. No Centro de Dia, o número de utentes oscilou entre os 6 a 9 indivíduos e registou uma média de frequência de 7 utentes. Por último, no Serviço de Apoio Domiciliário verificou-se um ligeiro aumento no número de utentes em Abril, um valor que se manteve constante até Julho e que contribuiu para a média final de 22 utentes.

Respostas Sociais	Saídas de Utentes Por Resposta Social												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Lar M ^a Emília	1	1	0	1	0	0	1	1	0	1	1	0	7
Lar PARES	0	0	1	0	0	0	2	0	2	0	0	1	6
Centro de Dia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2
SAD	3	1	0	0	1	0	1	0	0	2	1	2	11
Cantinas Sociais	0	0	0	1	0	0	0	0	2	3	1	2	9



Admissões de Utentes por resposta social													
Respostas Sociais	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Lar M ^a Emília Rezende	0	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	1	6
Lar PARES	0	0	0	1	0	1	1	2	0	1	1	1	8
Centro de Dia	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	0	0	4
SAD	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0	1	1	7
Cantinas Sociais	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2

No que diz respeito ao balanço entre admissões e saídas nas respectivas respostas sociais, regista-se no cômputo geral que as saídas suplantaram as admissões. Contudo, numa análise mais aprofundada, verifica-se que entre as ERPI foi o lar Maria Emília Rezende o mais afectado com as saídas, num total de 7, enquanto no Lar PARES se verificaram 6. No Centro Dia verificaram-se mais admissões do que saídas e a maioria destas saídas transitaram para a resposta social Lar Maria Emília Rezende. De todas as respostas, foi na resposta social SAD que se registaram mais saídas (por falecimento). Por fim, nas Cantinas Sociais verifica-se que as saídas ultrapassam a entradas e são justificadas pelas alterações em termos legislativos.

Frequência de Colaboradores (ERPI/CD/SAD)

Frequência de Colaboradores - ERPI/CD/ SAD												
2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
N.º de Colaboradores	37	38	37	35	36	37	38	40	35	37	36	37
Total (Média)												37

Podemos constatar na tabela acima apresentada, que o número de colaboradores oscilou entre os 35 e os 40 indivíduos, onde se incluem as colaboradoras do serviço da lavandaria. No final de 2017, o número médio de colaboradores foi de 37 indivíduos. Entende-se por colaboradores da instituição, todos os que se encontram afetos às respostas



sociais, nas categorias profissionais de ajudantes de lar e centro de dia, auxiliares de serviços gerais, a colaboradoras de serviços exteriores, colaboradores da lavandaria e técnicos.

5.3.2. Apoio à Infância

Frequência de Utentes por Resposta Social (Admissões e Saídas)

Frequência de Utentes Por Resposta Social													
Respostas Sociais	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total (Média)
Creche	31	32	32	32	32	34	33	0	22	27	29	21	27
Jardim de Infância	17	17	17	17	17	17	17	0	-	-	-	-	17

Relativamente à variação de utentes nas respostas sociais desenvolvidas no âmbito do apoio à infância, importa salientar que durante o mês de Agosto não se verifica qualquer registo, uma vez que se reporta ao período de férias escolares. Importa ainda referir que a partir de Agosto de 2017 o Jardim de Infância encerrou, não se registando qualquer admissão.

Frequência de Colaboradores

Frequência de Colaboradores - Infância													
2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
N.º de Colaboradores	8	8	8	8	8	7	7	6	5	4	5	5	
													Total (Média)
													7

No que diz respeito à caracterização dos recursos humanos e relativamente ao género, os colaboradores são na sua totalidade do sexo feminino. No que concerne ao número de colaboradores, regista-se uma diminuição progressiva a partir de Maio, que está relacionada com o encerramento do Jardim de Infância em Agosto. É de salientar que se contou com o apoio de 3 voluntários entre Janeiro e Março nesta resposta.



5.3.3. Apoio à Saúde

Frequência de Utentes (%) – RNCCI (25 camas)

Taxa de Ocupação - 2017													
Respostas Sociais	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total (Média)
UCC - ULDM	97.7	95.4	99.2	97.2	98.6	98.4	97.4	96.1	97.5	98.2	98.1	98.5	98%

No decorrer da análise aos indicadores de resultados da RNCCI no ano de 2017, é possível verificar que a taxa de ocupação média anual rondou os 98%. Contudo, importa também ressaltar que a menor taxa de ocupação foi registada no mês de Fevereiro (95.4%).

Frequência de Utentes (%) – Quartos Privados - UCSP (5 camas)

Taxa de Ocupação - 2017													
Respostas Sociais	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total (Média)
UCC - ULDM	100	100	98	96.7	88.7	80	80	80	68	60	60	49.3	80%

Após a análise dos indicadores de resultados da USCP de Cinfães no ano 2017, pode verificar-se que a taxa de ocupação média rondou os 80%. Contudo, salienta-se que a menor taxa de ocupação foi registada no mês de Dezembro (49.3%).

Frequência de Colaboradores - ULDM

Frequência de Colaboradores - ULDM													
2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
N.º de Colaboradores	19	19	19	20	20	18	18	18	18	18	18	17	
Total (Média)													19

No que diz respeito à frequência de colaboradores na ULDM, regista-se que a média se fixa nos 19 elementos, apesar de uma redução pouco significativa a partir de Junho. Relativamente ao seu género, os colaboradores são maioritariamente do sexo feminino (85%).



Faixa Etária dos Colaboradores - ULDM

Faixa Etária dos Colaboradores - ULDM	
18 - 30 anos	52.75%
31 - 45 anos	32%
46 - 65 anos	15.25%

Em relação à faixa etária, a maioria dos colaboradores da ULDM apresentam idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos (52.75%), seguindo-se a faixa etária dos 31 aos 45 anos (32%).



6. Dados Estatísticos da Santa Casa da Misericórdia de Cinfães

6.1. Evolução do Quadro Social (RH) - Final do Exercício

Exercício	Entradas	Saídas
2013	17	7
2014	32	6
2015	36	10
2016	14	14
2017	13	7

Relativamente ao movimento de colaboradores no plano de recrutamento e seleção, é possível verificar que em 2017 as admissões foram superiores às saídas.

6.1.1. Quadro Social (RH) – Habilitações Literárias

Nível de Escolaridade	2017
1º Ciclo	6
2º Ciclo	13
3º Ciclo	17
Ensino Secundário	27
Ensino Superior	16

Tendo em conta a distribuição dos colaboradores por nível de habilitações literárias, é possível inferir que 34.2% detém o 12º ano de escolaridade, que não é assim tão representativo quando comparado com o número de colaboradores cujo nível de escolaridade é igual ou inferior ao 3º ciclo (45.57%). A taxa de colaboradores com vínculo de contrato de trabalho e habilitados com ensino superior, na Instituição é superior a 20%.

6.1.2. Quadro Social - Género

Género/Exercício	2013	2014	2015	2016	2017
Masculino	5	8	9	8	6
Feminino	33	66	69	76	73
Total	38	74	78	84	79

Em termos de género, é possível verificar que as mulheres são o grupo mais representado, com 92.40%.



6.2. Tipo de Vínculo e Regime de Trabalho

Em 31 de Dezembro de 2017			
Com Contrato Permanente	Homens	Mulheres	Total de Pessoas ao Serviço
A tempo completo	2	44	79
A tempo parcial	0	0	
Com Contrato a Termo	Homens	Mulheres	
A tempo Completo	4	29	
A tempo Parcial	0	0	

Relativamente ao tipo de vínculo institucional, importa referir que 61% dos colaboradores detêm um vínculo em regime de contrato permanente e 39% em regime de contrato a termo.

6.3. Evolução do Quadro de Colaboradores – Independentes

Exercício	Existentes	Entradas	Saídas
2013	2	15	0
2014	17	3	3
2015	23	6	4
2016	21	6	8
2017	20	5	10

Em função da análise à tabela acima apresentada, pode-se verificar que em 2017 existiu uma redução no número de trabalhadores independentes face ao mesmo período de 2016. Considerando o balanço entre admissões e saídas, regista-se que as saídas superaram as admissões (67%).

6.4. Trabalhadores com Contrato a Termo que passaram a Contrato Permanente em 2017

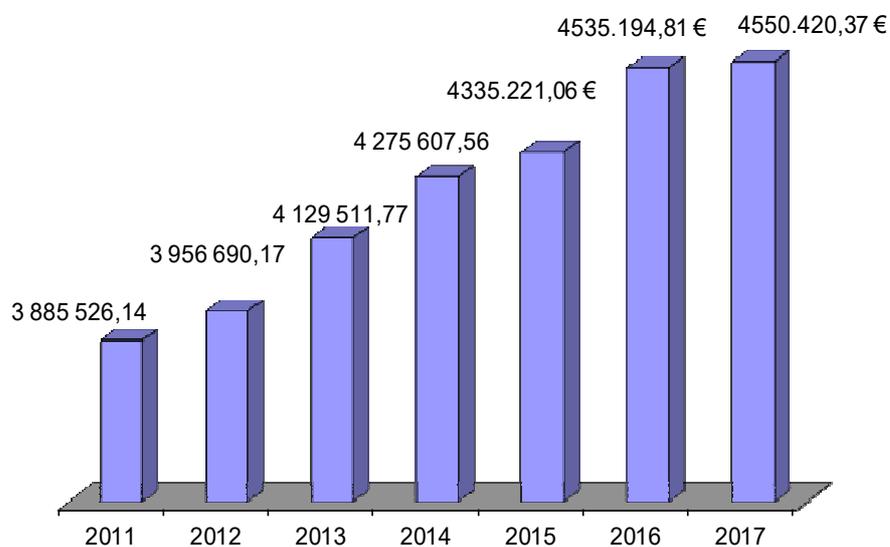
Período	Número	Género
31 Dezembro 2016 a 31 Dezembro 2017	2	Feminino



Pode constatar-se que 2 pessoas do sexo feminino passaram de um contrato a termo para contrato permanente.

7. Evolução dos Fundos Patrimoniais

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
3.885.526,14 €	3.956.690,17 €	4.129.511,77 €	4.275.607,56 €	4.335.221,06 €	4.535.194,81 €	4.550.420,37 €



Nota explicativa do gráfico

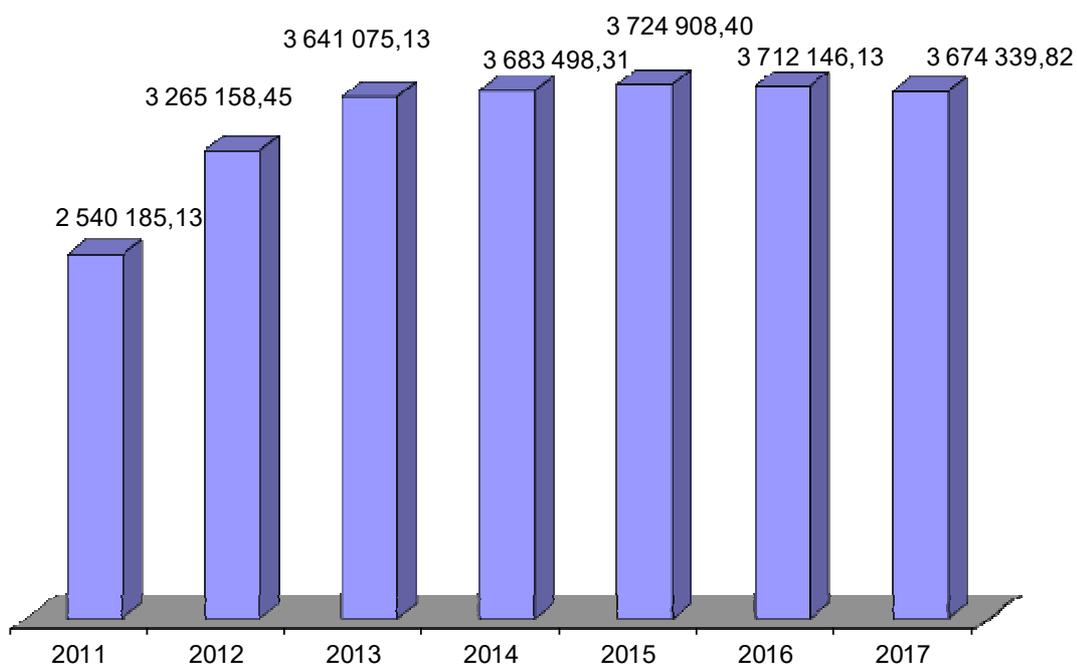
OS fundos patrimoniais resultam, naturalmente, da evolução dos resultados da Instituição, dos subsídios a investimentos, doações, legados, etc.

O quadro é uma fotografia da evolução dos fundos da Instituição, apresenta um valor de 4.550.420,34 euros.



8. Evolução do Ativo Fixo

Anos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Valores	2.540.185,13 €	3.265.158,45 €	3.641.075,13 €	3.683.498,31 €	3.724.908,40 €	3.712.146,13 €	3.674.339,82 €



Nota explicativa do gráfico

Em 2017, apesar dos investimentos em curso, o valor do ativo fixo é menor do que no ano anterior, resultado da depreciação dos ativos.

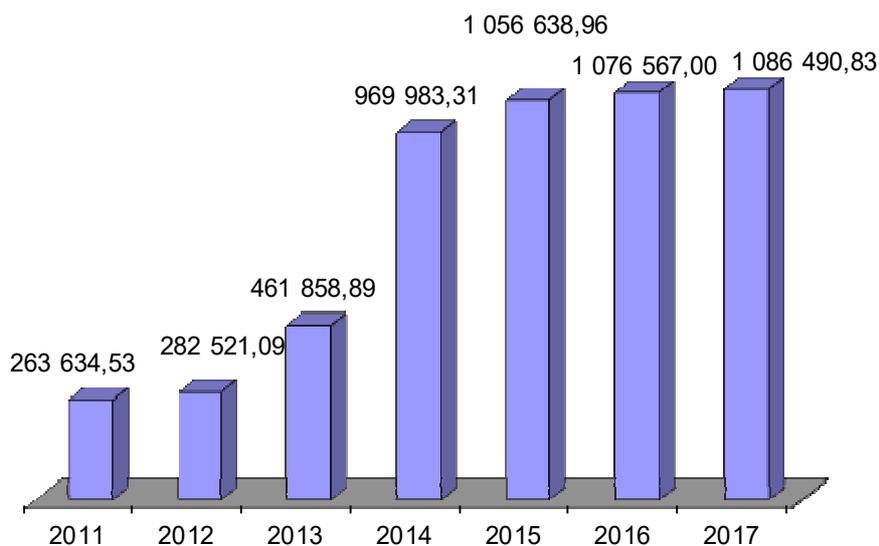
Há investimentos em curso na instituição: Unidade de Medicina Física e Reabilitação e Lar de Idosos.

O investimento corrente, natural, da instituição, não inverte a desvalorização promovida pelo valor das depreciações da ULDM e do Lar de Idosos Pares é manifestamente suficiente para reduzir o valor do ativo.



9. Evolução da Faturação

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
263.634,53 €	282.521,09 €	461.858,89 €	969.983,31 €	1.056.638,96 €	1.076.567,00 €	1.086.490,83 €



Nota explicativa do gráfico

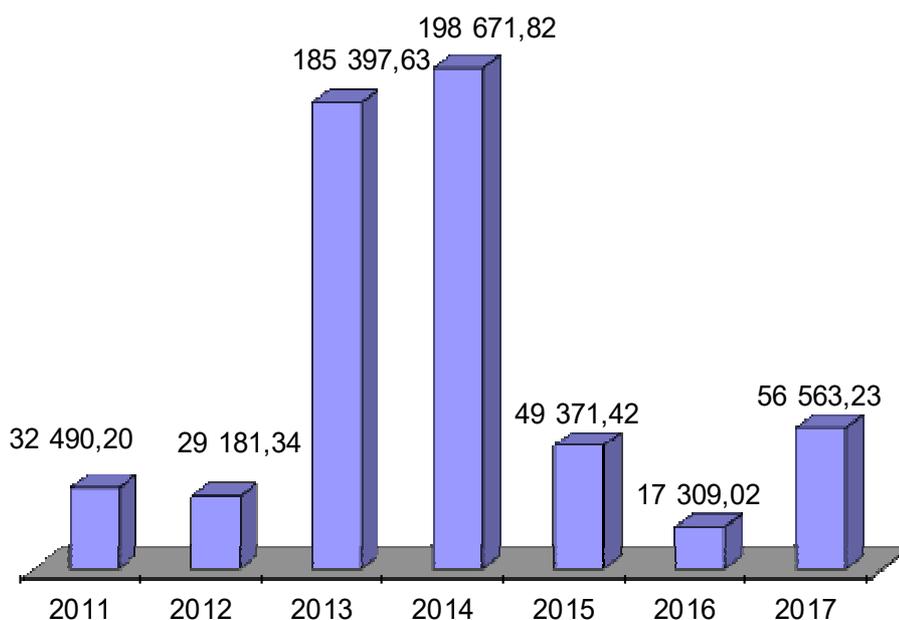
O Volume de faturação aumentou em cerca de 0,92%, em relação ao do exercício anterior. A U.C.C, representa mais de 50% do volume total de faturação da Instituição.

Os valores faturados na U.L.D.M., incorporam o financiamento das entidades ARS,IP e ISS,IP.



10. Evolução dos Resultados Líquidos

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
32.490,20 €	29.181,34 €	185.397,63 €	198.671,82 €	49.371,42 €	17.309,02 €	56.563,23 €



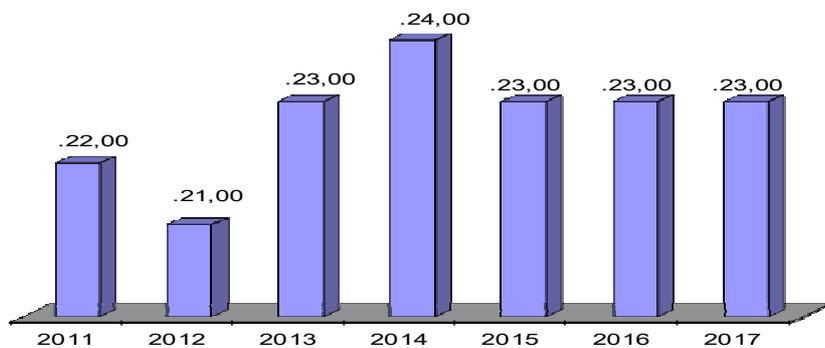
Nota explicativa do gráfico

A evolução do resultado líquido da Instituição, apresentada, na tabela e gráfico colabora para um valor acumulado de resultados transitados, evidenciado no Balanço, na ordem dos 1.297.386,55 euros. Os valores apresentados dos resultados líquidos entre os exercícios de 2011 e de 2017, tem implicações nos MLL (Meios libertos líquidos) que representam a capacidade da Instituição, entidade, suportar os encargos e gerar autofinanciamento. O valor do Cash-Flow, fluxo de tesouraria, tem caído nos últimos exercícios, situando-se nos 154.374,41 € (RL+ Provisões + Depreciações).



11. Indicadores de Reuniões da Mesa Administrativa

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
22,00	21,00	23,00	24,00	23,00	23,00	23,00



Nota explicativa do gráfico

Mantém-se a média de 2 reuniões da Mesa Administrativa, por mês.



12. Indicadores financeiros – Ver valores em 14.

12.1 Liquidez

12.1.1 Conceito

A liquidez, mede, simplesmente, a capacidade que a entidade possui para converter qualquer ativo fixo ou circulante, em disponibilidade financeira para solver os seus compromissos.

12.1.2 Liquidez Imediata

O rácio de liquidez imediata compara o valor de disponibilidades com o valor do passivo de curto prazo

12.1.3 Liquidez Reduzida

Se o rácio de liquidez reduzida for superior a 1, tal significa que mais de 100% das responsabilidades de curto prazo poderão ser satisfeitas recorrendo aos meios financeiros líquidos (caixa e depósitos bancários) e à cobrança de créditos de curto prazo.

12.1.4 Liquidez Geral

RÁCIO LIQ. GERAL = (DISPONIBILIDADES+ CONTAS A RECEBER + INVENTÁRIOS) / PASSIVO DE CURTO PRAZO

Um valor normal para este rácio será superior à unidade. Se o valor for inferior a um, salvo nalgumas situações específicas, a empresa deverá estar em dificuldades.

12.2 Rentabilidade/Tesouraria

12.2.1 Tesouraria

Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente ou Fundos patrimoniais – Ativo não corrente

O fundo de maneio é valor que temos de ter para financiar o ativo circulante, informando-nos de folga financeira que tem de se ter para solver os compromissos do curto prazo.

Os valores de 2016 e 2017 são os seguintes:

FM (2016)= 823.048,68 euros

FM(2017)= 876.080,55 euros



12.2.2. Rentabilidade do Ativo

RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS/ATIVO TOTAL

12.2.3. Rácio de Autonomia Financeira (Fundos Patrimoniais/Ativo)

12.3. ENDIVIDAMENTO – SOLVABILIDADE (FUNDOS PATRIMONIAIS/ PASSIVO TOTAL)

13. INFORMAÇÕES GERAIS

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CINFÃES SERVIÇOS	
SERVIÇOS:	CAPACIDADE:
SAÚDE	30
APOIO SOCIAL	101 (CANTINAS + LARES + APOIO + CENTRO DE DIA)
EDUCAÇÃO	30

13.1. Número de Veículos

Viaturas ligeiras de passageiros: 4

Viaturas ligeiras mistas: 2



14. Dados Contabilísticos – Ver documentos no final

Rácios - (Exercícios 2015 e 2016)

Rácios económico-financeiros				
LIQUIDEZ	Descrição:	2016	2015	Variação
Liquidez geral (%)	Numerador: Ativo corrente	1,90	2,82	0,03
	Denominador (se > 0): Passivo corrente			
Liquidez reduzida (%)	Numerador: + Ativo corrente	1,87	2,76	0,04
	- Inventários e ativos biológicos consumíveis Denominador (se > 0): Passivo corrente			
ESTRUTURA FINANCEIRA				
Autonomia financeira (%)	Numerador: FUNDOS PATRIMONIAIS	0,83	0,93	0,09
	Denominador (se > 0): ATIVO			
Taxa de endividamento (%)	Numerador: ATIVO	1,20	1,08	-0,84
	Denominador (se > 0): FUNDOS PATRIMONIAIS			
Solvabilidade geral (%)	Numerador: FUNDOS PATRIMONIAIS	4,94	12,96	0,22
	Denominador (se > 0): PASSIVO			
Cobertura dos ativos não correntes (%)	Numerador: FUNDOS PATRIMONIAIS	1,22	1,16	-0,03
	+ Passivo não corrente Denominador (se > 0): Ativo não corrente			
FINANCIAMENTO				
Peso do passivo remunerado (%)	Numerador: + Financiamentos obtidos (passivo não corrente)	0,55	0,00	-0,01
	+ Financiamentos obtidos (passivo corrente) Denominador (se > 0): PASSIVO			
Custo dos financiamentos obtidos (%)	Numerador (se > 0): Juros suportados de financiamentos obtidos	0,01	0,00	0,03
	Denominador (se > 0): + Financiamentos obtidos (passivo não corrente) + Financiamentos obtidos (passivo corrente)			
RENDIBILIDADE				
Rendibilidade dos capitais próprios (%)	Numerador: Resultado líquido do período	0,004	0,01	-0,05
	Denominador (se > 0): FUNDOS PATRIMONIAIS			
Efeito da atividade de exploração	Numerador: Resultado da exploração	0,004	0,01	0,00
	Denominador (se > 0): ATIVO			
Rentabilidade do ativo	Numerador: Resultados antes de impostos e encargos financeiros	0,0041	0,011	0,00
	Denominador (se > 0): Ativo			



RÁCIOS ECONÓMICOS

EXERCÍCIO - 2017

RACIOS DE RENTABILIDADE

RENTABILIDADE DAS VENDAS

RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO X 100
VENDAS DE MERCADORIAS+PS

RESULTADOS LIQUIDOS EXERCICIO	56.563,23
VENDAS DE MERCADORIAS	0,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.086.490,83
ACTIVO TOTAL	5.339.283,66
PASSIVO TOTAL	788.863,29
EMPREGADOS	79,00
RESULTADO	5,21

RENTABILIDADE DO CAPITAL PROPRIO

RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO X100
CAPITAL PROPRIO

FUNDOS PATRIMONIAIS	4.550.420,37
RESULTADO	1,24

RACIOS DE EQUILIBRIO FINANCEIRO DE CURTO PRAZO

LIQUIDEZ GERAL

ACTIVO CORRENTE
PASSIVO CORRENTE

CAIXA + BANCOS + CLIENTES+DIVIDAS DE TERCEIROS+INVENTÁRIOS
DIVIDAS A TERCEIROS CURTO PRAZO



CAIXA + BANCOS	1.114.284,18
DIVIDAS DE TERCEIROS(LIQUIDO)	511.089,25
EXISTENCIAS	39.570,41
DIVIDAS A TERCEIROS	788.863,29
ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	4140,08
CLIENTES C/C (LIQUIDO)	29.990,09

RESULTADO **2,10**

LIQUIDEZ REDUZIDA

ACTIVO CORRENTE - EXISTENCIAS

PASSIVO CORRENTE

RESULTADO **2,05**

LIQUIDEZ IMEDIATA

CAIXA + BANCOS

PASSIVO CORRENTE

RESULTADO **1,41**

RACIOS DE ESTRUTURA

ROTAÇÃO DO CAPITAL PROPRIO

VENDAS + P SERVICOS

FUNDOS PATRIMONIAIS

RESULTADO **0,24**

VENDAS S/ ACTIVO TOTAL

VENDAS + P SERVICOS

ACTIVO TOTAL

RESULTADO **0,20**



RACIOS DE EQUILIBRIO FINANCEIRO DE M/L PRAZO

SOLVABILIDADE

FUNDOS PATRIMONIAIS

PASSIVO TOTAL

RESULTADO

5,77

AUTONOMIA FINANCEIRA

FUNDOS PATRIMONIAIS

ACTIVO TOTAL

RESULTADO

0,85

OUTROS INDICADORES

PRAZO MEDIO COBRANÇA

CLIENTES X360

VENDAS

RESULTADO

10 DIAS

ROTAÇÃO ACTIVO

VENDAS + PS

ACTIVO

RESULTADO

0,20



PRAZO MEDIO PAGAMENTO

DIVIDAS A FORNECEDORES X 365

COMPRAS+FSE

FORNECEDORES

28.437,30

COMPRAS+FSE

588.274,34

RESULTADO

18 DIAS

ROTAÇÃO CLIENTES

VENDAS+PS

CLIENTES

RESULTADO

36,23

ROTAÇÃO FORNECEDORES

COMPRAS+FSE

FORNECEDORES

RESULTADO

20,69

Resultado da análise aos rácios:

Os resultados apresentam melhores indicadores no ano de 2017, informação comparativa com os anos de 2016 e 2015.

Todos os rácios são positivos mas, de acordo com as orientações técnicas da gestão e da contabilidade, estes requerem a manutenção da vigilância, nomeadamente, porque a Entidade é dependente de subsídios do estado, requerendo boas práticas de gestão e a melhor utilização dos dinheiros públicos.



Anexo



1 - Identificação da entidade: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CINFÃES

1.1 - Designação da entidade:

A Instituição “SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CINFÃES” é uma entidade cuja constituição remonta a 08 de Setembro de 1951, cuja atividade principal consiste em prestar apoio social a pessoas idosas com e sem alojamento, promovendo o bem-estar social, através de serviços de Lar de Idosos, Centro de dia, apoio domiciliário e outras atividades de natureza educacional, pré-escolar (creche e jardim de infância) e Unidade de Cuidados Continuados de Saúde. A instituição conta com fundos de 782.650,64€, Nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei 158/2009, por remissão do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, a entidade não se encontra obrigada a elaborar contas consolidadas. Em conformidade, as presentes Demonstrações Financeiras correspondem às suas Demonstrações Financeiras individuais.

1.2 - Sede:

A Santa Casa da Misericórdia de Cinfães tem sede na Rua General Humberto Delgado, vila de Cinfães

1.3 – Natureza da atividade:

A atividade da Instituição consiste:

- Apoio social com alojamento, n.e. (Lar de Idosos);
- Apoio social para pessoas idosas, sem alojamento (apoio domiciliário e cantinas sociais);
- Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento – (Creche);
- Educação pré-escolar – (Jardim de Infância).



- Saúde – Unidade de Cuidados Continuados

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As presentes demonstrações de financeiras foram elaboradas de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2014, de 9 de março de 2014.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Portaria n.º 105/2014 de 14 de março – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria 106/2014, de 14 de março – Código de Contas;

Aviso n.º 6 726-B/2014 – 14 de março – NCRL-SNL; Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC.

Na preparação das demonstrações financeiras tornou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de



rendimentos atribuídos ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas

“Credores por acréscimos de gastos”

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 Dezembro de 2014.

2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e das demonstrações dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.



Os valores constantes das demonstrações financeiras do período em 31 de dezembro de 2014 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores de 2015.

2.3 Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL – divulgação transitória

Em 31 de dezembro de 2014, a preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC).

Como a normalização contabilística para as ENL advém do SNC, o período de 2014 foi expresso apenas às especificidades inerentes, para efeitos comparativos e de forma a estar de acordo com a NCRF-ESNL, não existindo ajustamentos de transição.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da SCMC, de acordo com a normalização contabilística para as ENL.

Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. A existência de ativos fixos tangíveis, atribuídos a título gratuito, em que o custo pode ser desconhecido, será mensurada ao justo valor, isto é, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim apurada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativo, em sistema de duodécimos.

Ativo Fixo Tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 a 8 anos

As despesas com reparação e manutenção desses ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.



Os activos fixos tangíveis em curso representam activos que ainda não se encontram em condições necessárias à sua utilização.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valia, respetivamente.

Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de “Perdas de imparidade acumuladas”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e



pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Quando os serviços sejam desempenhados por um número indeterminado de atos durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante esse período a menos que haja evidência de que um outro método represente melhor a fase de acabamento.



- Durante o exercício, foram cobrados 1.500,00 € de quotas aos associados e 9,98€ de jôia, um valor manifestamente baixo em relação ao número de irmãos associados.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios de cessação de emprego não proporcionam futuros contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade e são reconhecidos como um gasto imediatamente.

Imparidades

Se existir uma evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.



A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos está em imparidade inclui dados observáveis, designadamente sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Seja provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;

Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber. Os subsídios atribuídos não reembolsáveis, para o financiamento de ativos fixos tangíveis, estão incluídos no item de “Outras variações nos fundos patrimoniais”, e serão transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios que são concebidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos do exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios.

Os subsídios atribuídos à Unidade de Cuidados Continuados, estão incluídos nas prestações de serviços daquela resposta. Porque esses valores são faturados a utentes, sendo posteriormente



elaborada um mapa agregador das ocupações e simultaneamente, faturação ao ISS,IP e à ARS,IP. Tratando-se os dados como prestações de serviços, convencionados com essas entidades.

Impostos sobre o rendimento

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (transporte de cadáveres, transporte de água, lavagem de pavimentos, abertura de porta, etc.)

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte: (ver anexo)

6. Rédito

6.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito (ver anexo)

As políticas contabilísticas para o reconhecimento do rédito estão descritas na nota 3 deste documento.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo, de acordo com o método do juro efetivo.

7. Subsídios do Governo e apoios do Governo (ver anexo)

	2017	2016
SUBSÍDIOS DO GOVERNO	589.071,36	512.684,41
ISS -	589.071,36	512.684,41
OUTROS	0,00	0,00
APOIOS DO GOVERNO	49.591,04	12.458,94
IEFP	49.591,04	12.458,94
OUTROS	0,00	0,00
TOTAL:	638.662,40	525.143,35



Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

8. Instrumentos Financeiros (ver anexo)

8.1 Utentes/ outras contas a receber/ fornecedores/outras contas a pagar

9. Fundos Patrimoniais (ver anexo)

9.1 Movimentos associados aos Fundos Patrimoniais

10. Estado e outros entes Públicos (ver anexo)

Os valores em dívida são

11. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

12. Benefícios dos Empregados: (ver anexo)

Descrição	2017			2016		
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Varição percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Varição percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Remunerações ao Pessoal	670.305,85	67,73%	3,18%	649.676,40	66,92%	19,17%
Benefícios Pós-Emprego	29.615,29	2,99%	-38,97%	48.528,73	5,00%	-29,42%
Indemnizações	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	-100,00%
Encargos sobre as Remunerações	160.238,27	16,19%	5,22%	152.288,78	15,69%	13,00%
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8.930,97	0,90%	172,04%	3.282,96	0,34%	173,83%
Gastos de Ação Social	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Gastos com o Pessoal	120.602,33	12,19%	3,09%	116.986,01	12,05%	9,86%
Total:	989.692,71	100,00%	1,95%	970.762,88	100,00%	13,30%



Cinfães, 15 de Março de 2018

A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
José Augusto Pereira
Fernando Pereira Vieira

[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado

Hernâni Ribeiro

TOC: 35928

Balço

Balço em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		31 Dez 2017	31 Dez 2016	
<u>ATIVO</u>				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		3 .612 .560,51	3 .650 .583,54	-1,04%
Propriedades de investimento		57 .202,31	57 .202,31	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		4 .577,00	4 .360,28	4,97%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
		3 .674 .339,82	3 .712 .146,13	-1,02%
Ativo corrente				
Inventários		39 .570,41	27 .100,84	46,01%
Clientes		29 .990,09	43 .202,14	-30,58%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		90 .928,50	116 .881,29	-22,20%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber		259 .853,99	243 .941,36	6,52%
Diferimentos		130 .316,67	6 .802,88	1 .815,61%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários		1 .114 .284,18	1 .302 .280,77	-14,44%
		1 .664 .943,84	1 .740 .209,28	-4,33%
Total do Ativo		5 .339 .283,66	5 .452 .355,41	-2,07%
<u>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</u>				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		782 .650,64	782 .650,64	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		14 .274,04	14 .274,04	0,00%
Resultados transitados		1 .297 .386,55	1 .277 .868,83	1,53%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		2 .399 .545,91	2 .443 .092,28	-1,78%
Resultado líquido do período		56 .563,23	17 .309,02	226,78%
Total dos fundos patrimoniais		4 .550 .420,37	4 .535 .194,81	0,34%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00%
Passivo corrente				

Balço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		31 Dez 2017	31 Dez 2016	
Fornecedores		28 .437,30	69 .026,96	-58,80%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		24 .270,65	41 .240,39	-41,15%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		410 .000,00	500 .000,00	-18,00%
Diferimentos		4 .140,08	99,18	4 .074,31%
Outras contas a pagar		322 .015,26	306 .794,07	4,96%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		788 .863,29	917 .160,60	-13,99%
Total do Passivo		788 .863,29	917 .160,60	-13,99%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		5 .339 .283,66	5 .452 .355,41	-2,07%

(1) - Euro

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2017	2016	Variância
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		657657,82	646150,49	1,78%
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-742850,43	-716898,92	-3,62%
Pagamentos ao pessoal		-697742,66	-684338,82	-1,16%
Caixa gerada pelas operações		-782935,27	-755087,25	-2,96%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-77790,20	-54062,45	-43,89%
Outros recebimentos/pagamentos		741279,20	1559611,80	-45,75%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-119446,27	750462,10	-120,45%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-16849,25	-4235,70	-297,79%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		449,37	1493,19	-69,91%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-16399,88	-2742,51	-497,99%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		417495,48	0,00	0,00%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		5300,00	5090,00	4,13%
Outras operações de financiamento		30362,22	1612,67	1782,73%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-500000,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		-5308,14	0,00	0,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-52150,44	6702,67	-878,05%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-187996,59	754422,26	-124,92%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período		1302280,77	547858,51	137,70%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		1114284,18	1302280,77	-14,44%

(1) - Euro

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2017	2016	
Vendas e serviços prestados		1 .086 .490,83	1 .076 .567,00	0,92%
Subsídios, doações e legados à exploração		620 .810,07	573 .741,16	8,20%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-170 .558,58	-179 .076,70	4,76%
Fornecimentos e serviços externos		-471 .027,46	-472 .854,73	0,39%
Gastos com o pessoal		-989 .692,71	-970 .762,88	-1,95%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		97 .325,25	103 .298,45	-5,78%
Outros gastos e perdas		-14 .422,47	-16 .019,68	9,97%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		158 .924,93	114 .892,62	38,32%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-97 .811,18	-94 .557,46	-3,44%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		61 .113,75	20 .335,16	200,53%
Juros e rendimentos similares obtidos		757,62	1 .753,86	-56,80%
Juros e gastos similares suportados		-5 .308,14	-4 .780,00	-11,05%
Resultados antes de impostos		56 .563,23	17 .309,02	226,78%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		56 .563,23	17 .309,02	226,78%

(1) - Euro

Demonstração dos Resultados por Funções

Valência: Todas || Do Mês: Janeiro || Ao Mês: Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2017	2016	
Vendas e serviços prestados		1 .086 .490,83	1 .076 .567,00	0,92%
Custo das vendas e dos serviços prestados		-1 .160 .251,29	-1 .149 .839,58	-0,91%
Resultado bruto		-73 .760,46	-73 .272,58	-0,67%
Outros Rendimentos		718 .892,94	678 .793,47	5,91%
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00%
Gastos administrativos		-568 .838,64	-567 .412,19	-0,25%
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00%
Outros gastos		-14 .422,47	-16 .019,68	9,97%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		61 .871,37	22 .089,02	180,10%
Gastos de financiamento		-5 .308,14	-4 .780,00	-11,05%
Resultados antes de impostos		56 .563,23	17 .309,02	226,78%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		56 .563,23	17 .309,02	226,78%

(1) - Euro



Santa Casa da Misericórdia de Cinfães
Rua General Humberto Delgado
4690 – 040 Cinfães
NIF 501538208

Parecer do Conselho Fiscal ou Definitório

Sobre

Relatório e Contas de Gerência de 2017

De acordo com a alínea c) do Artigo 31º, dos estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Cinfães, o Conselho Fiscal, com base no resultado do acompanhamento da actividade ao longo do período, nos termos das nossas competências, deve emitir um parecer, submetendo-o à apreciação, discussão e votação da respetiva Assembleia de Irmãos.

RESPONSABILIDADES

1. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

2. O Conselho Fiscal expressa uma opinião independente, baseada na análise por amostragem ao longo do ano e no exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

Verificamos as contas do exercício de 2017, as despesas e receitas relativas ao funcionamento da Santa Casa da Misericórdia de Cinfães e a sua natural necessidade. Apuramos que na conta global, embora com alguma redução, continua elevado o montante do passivo, inferior a 50% do total das receitas. Verificamos também que os custos com pessoal aumentaram, fundamentalmente, devido ao aumento do salário mínimo nacional e a atualizações às tabelas salariais, ainda em vigor da U.M.P. Apesar dos custos fixos elevados nesta rubrica, não recomendamos a redução das despesas com pessoal, mas sim o aumento das receitas do exercício da atividade principal.



Santa Casa da Misericórdia de Cinfães
Rua General Humberto Delgado
4690 – 040 Cinfães
NIF 501538208

Não podemos deixar de registar com imenso agrado a melhoria de qualidade na apresentação das contas, agora muito bem complementadas com boa e útil análise financeira, bem como com o completo relatório sobre a atividade financeira do ano em análise.

PARECER

Assim, face aos elementos disponíveis emitimos o seguinte parecer:

1. O relatório e contas de 2017, merecem toda a nossa concordância;
2. Propomos a aprovação dos documentos, referidos, a apresentar em Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal

O Presidente

(Eng.º Nuno Montenegro P. Miranda)

Vice-Presidente

(Dr. Adriano José Botelho Soares)

Secretário

(Serafim Pedro Ferreira)

Cinfães, 06/03/2018

RESULTADOS 2017

